

## TRANSMISSÃO DE LICENÇA

### AVERBAMENTO N.º 1 AO ALVARÁ DE LICENÇA N.º 36/2012/CCDRCC

Nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, o Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 36/2012/CCDRCC, emitido a:

**I.NETO, Consultoria Agroflorestral, Lda.**

**NIF: 504 344 560**

é averbado em nome de:

**DILUMEX, Gestão de Resíduos, Lda.**

**NIF: 510 642 616**

**CAE: 38322- Valorização de resíduos não metálicos**

O presente averbamento deve ser anexado ao original do alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 36/2012/CCDRCC, válido até 13 de Julho de 2017.

Coimbra, 12 de Dezembro de 2013

O Vice-Presidente

(Dr. Luis Filipe Rui Oliveira Caetano)

Dr. Luis Filipe Caetano  
Vice-Presidente  
Resolução N.º 10866/12  
(Assinatura de Competência)

## ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

N.º 36/2012/CCDRC

Nos termos do art.º 33º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, é emitido o presente alvará de licença à **I Neto – Consultoria Agroflorestal, Lda**, sita em Ed. Galeria Bolívar, Loja 5, Sobreiro 3770-017 Bustos, para as seguintes operações de tratamento de resíduos:

**R3** – Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

**R10** – Tratamento do solo para benefício agrícola ou melhoramento ambiental.

**R13** – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão da armazenagem temporária, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).

a realizar nas instalações sitas em Bustos.

O presente alvará de licença é válido até 13 de Julho de 2017, ficando a realização das operações de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Ao presente alvará anexa-se a cópia do Registo de Atribuição de Número de Controlo Veterinário.

Coimbra, 13 de Julho de 2012

O Vice-Presidente

(Dr. Luís Filipe Caetano)

(Por substituição do Presidente, nos termos do n.º 2 do art.º 41.º do CPA)

Dr. Luís Caetano  
Vice-Presidente



**ESPECIFICAÇÕES ANEXAS AO ALVARÁ Nº 36/2012/CCDR – CENTRO  
(ID20349)**



**1 – Operação objecto da licença e respectivo código D e ou R, conforme o Anexo III da Portaria nº 209/2004, de 3 de Março, incluindo as normas técnicas aplicáveis e o método de tratamento utilizável:**

**Valorização de resíduos:**

**R3** – Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

**R10** – Tratamento do solo para benefício agrícola ou melhoramento ambiental.

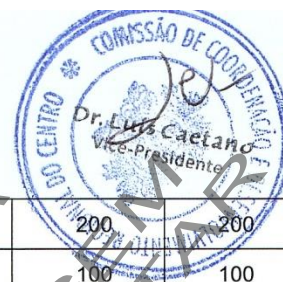
**R13** – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão da armazenagem temporária, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).

A atividade a desenvolver consiste na armazenagem de lamas destinadas a posterior processo de valorização agrícola e na valorização orgânica de resíduos por via da compostagem, licenciada nos termos do artigo 23º e 27º, do DL 178/2006, de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho.

**2 – Tipo e quantidade máxima de resíduos objecto da operação de gestão de resíduos:**

**Quadro I – Resíduos sujeitos a R3 e R13**

Código LER	Designação	Operação	Quantidade licenciada	Quantidade Proposta	Total t/ano
02 01 01	Lamas tratadas	R13	225	8 275	8 500
02 02 04					
02 03 01					
02 03 05					
02 04 03					
02 05 02					
02 06 03					
02 07 05	Outros resíduos	R3	300	5 000	5 700
02 03 04				100	
02 03 99				200	
02 05 99				100	
02 06 01	Resíduos de tecidos vegetais	R3	-	250	250
02 01 03	Fezes, urina e estrume de animais (incluindo palha suja), efluentes recolhidos separadamente e tratados noutro local	R3	-	10 000	10 000
02 01 06	Resíduos silvícolas	R3	-	3 000	3 000
02 01 07	Outros resíduos não anteriormente especificados	R3	-	2 000	2 000
02 01 99	Lamas provenientes da lavagem e limpeza	R3	-	500	500
02 02 01	Carbonato de cálcio fora de especificação	R3	-	150	150
02 04 02	Materiais impróprios para consumo ou processamento	R3	-	500	500
02 05 01	Resíduos da lavagem e limpeza e redução mecânica das matérias primas	R3	-	500	500
02 07 01	Resíduos da destilação do álcool	R3	-	500	500
02 07 02					



02 07 04	Materiais impróprios para consumo ou processamento	R3	-	200	200
02 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	R3	-	100	100
03 03 11	Lamas tratadas	R13	6 750	75 250	82 000
03 01 01	Resíduos do descasque da madeira e da cortiça	R3	1 200	14 800	16 000
03 03 01	Resíduos do descasque da madeira e resíduos de madeira		-	-	-
03 03 02	Lamas da lixívia verde		2 500	-	2 500
03 03 09	Resíduos de lamas de cal		-	-	-
03 03 10	Rejeitados de fibras e lamas de fibras, fillers e revestimentos		5 000	5 000	10 000
03 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados		-	-	-
03 01 05	Serradura, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados não abrangidos em 03 01 04		-	200	200
03 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados		-	200	200
03 03 07	Rejeitados mecanicamente separados do fabrico de pasta a partir do papel e cartão usado		-	200	200
10 01 01	Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras		8 000	20 000	28 000
10 01 02	Cinzas volantes da combustão do cartão	R13	-	500	500
10 01 03	Cinzas volantes da combustão de turfa ou madeira não tratada		-	300	300
10 01 21	Lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 10 01 20		-	100	100
10 01 23	Lamas aquosas provenientes da limpeza de caldeiras não abrangidas em 10 01 22		-	100	100
10 01 24	Areias de leitos fluidizados		-	200	200
19 08 05	Lamas do tratamento de águas residuais urbanas		-	29 850	-
19 08 12	Lamas do tratamento biológico de águas residuais industriais não abrangidas em 19 08 11	R13	1 150	1 500	38 000
19 08 14	Lamas de outro tratamento de águas residuais não abrangidas em 19 08 11			5 500	-
19 09 01	Resíduos sólidos de gradagens e filtração primária	R3	-	800	800
19 09 02	Lamas da clarificação da água	R3	-	100	100
20 03 04	Lamas de fossa séptica	R3	150	200	350
20 02 01	Resíduos biodegradáveis	R3	1 000	4 000	9 000
20 03 02	Resíduos de mercados			500	
20 03 03	Resíduos de limpeza de ruas			1 000	
20 03 06	Resíduos da limpeza de esgotos			2 500	
20 01 08	Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	R3	-	200	200
<b>TOTAL</b>			<b>26 275</b>	<b>194 375</b>	<b>220 650</b>

LER – Lista Europeia de Resíduos, de acordo com a Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março

Quadro II – Resíduos sujeitos a R10

Código LER	Designação	Operação	Quantidade Total t/ano
03 03 11	Lamas tratadas	R10/R13	38 800
19 08 05	Lamas do tratamento de águas residuais urbanas	R10/R13	1200
<b>Total</b>			<b>40 000</b>

LER – Lista Europeia de Resíduos, de acordo com a Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março





**3 – Condições a que fica submetida as operações de gestão de resíduos, incluindo as precauções a tomar em matéria de segurança:**

- a) As zonas identificadas na planta com 2 – Área de processamento e 5 – Zona de receção de materiais sólidos, deverão ser cobertas com materiais amovíveis;
- b) Só será permitida a armazenagem de resíduos na zona 2 – Área de processamento e 5 – Zona de receção de material sólido, após a apresentação de elementos que comprovem a existência de cobertura;
- c) Seja de imediato apresentada uma planta, com indicação das zonas de armazenagem das lamas encaminhadas para valorização agrícola (Operação R10) e as zonas de armazenagem dos resíduos sujeitos às operações R3 e R13, de acordo com a Port.<sup>a</sup> n.º 209/2004, de 3 de Março;
- d) Deverá ser dado cumprimento integral ao projeto apresentado, bem como o cumprimento das peças desenhadas propostas para a unidade;
- e) Os resíduos pertencentes ao capítulo 03 01 (Madeiras) se encontrem isentas de preservantes, tintas e vernizes;
- f) Sejam apresentados relatórios semestrais, do acompanhamento efetuado às pilhas de compostagem, com indicação relativa aos resíduos geridos no processo de compostagem, lixiviados produzidos, etc;
- g) As instalações de armazenagem de lamas, que serão encaminhadas para valorização agrícola devem dar cumprimento ao estabelecido no art.º 5º do D.L. n.º 276/2009, de 2 de Outubro;
- h) Seja dado cumprimento às disposições legais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do DL 220/2008, de 12 de Novembro e Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro;
- i) Todos os resíduos recolhidos e armazenados bem como os resíduos resultantes da laboração devem ser devidamente identificados de acordo com a Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março, separados nos termos do n.º 3 do art.º 7º do D.L. n.º 178/2006, de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo D. L. n.º 73/2011, de 17 de Junho, e acondicionados até destino final adequado e previsto na legislação;
- j) As operações de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos sejam efetuadas por empresas devidamente licenciadas para o efeito, e/ou autorizadas, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo D. L. n.º 73/2011, de 17 de Junho;
- k) Deverá ser mantido um registo atualizado com indicação das situações de recusa da receção dos resíduos, identificando devidamente os produtores/detentores, as quantidades e a classificação dos resíduos em causa;
- l) Os registos deverão ser mantidos em arquivo nas instalações onde se desenvolvem as operações de gestão de resíduos, por um período de cinco anos, devendo os mesmos ser disponibilizados às entidades de fiscalização ou de inspeção, sempre que solicitados;
- m) Deverá ser efetuado, até 31 de Março de cada ano, preenchimento dos mapas de registo de resíduos relativos aos dados do ano anterior, na plataforma eletrónica disponibilizada no sítio eletrónico da APA – SIRAPA. Os resíduos a declarar devem ser classificados de acordo com a Lista Europeia de Resíduos, publicada através da Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março;





- o) O transporte em território nacional dos resíduos seja efetuado de acordo com o disposto na Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio e no D.L. n.º 38/99, de 6 de Fevereiro, nomeadamente que seja efetuado acompanhado das guias de acompanhamento de resíduos (Modelo 1428 à venda na Imprensa Nacional Casa da Moeda). O movimento transfronteiriço de resíduos seja efetuado de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de Março, que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 1013/2006;
- p) Seja dado cumprimento ao Regulamento Geral de Ruído, anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro;
- q) Caso ocorram ou venham a ocorrer utilizações do domínio hídrico, classificadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, complementado pela Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro, nomeadamente descargas de águas residuais ou outras, as mesmas deverão ser licenciadas pela ARH do Centro, IP;
- r) Deverá ser mantido em arquivo, na unidade de gestão de resíduos, um processo devidamente organizado e atualizado, referente ao processo de licenciamento, devendo nele incluir todos os elementos ambientalmente relevantes, e disponibilizá-lo sempre que solicitado pelas entidades competentes para a fiscalização;
- s) Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar às entidades competentes o alvará, assim como o acesso às instalações e documentação relacionada com a atividade;
- t) O alvará só poderá ser transmitido mediante autorização da entidade licenciadora, de acordo com os procedimentos estabelecidos no art.º 37.º do D.L. n.º 178/2006, de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho;
- u) O incumprimento das condições do alvará ou das leis e regulamentos aplicáveis à atividade, constitui motivo suficiente para a sua suspensão ou cessação;
- v) As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão da licença, ou as que resultem de reclamações justificadas e procedentes, serão suportadas pelo seu titular;
- w) Seja requerida a correspondente renovação de licença, no prazo mínimo de 3 meses antes do seu termo, caso se mantenham as condições subjacentes à sua atribuição;
- x) Seja apresentado o comprovativo do licenciamento do composto, de acordo com o estabelecido no D.L. n.º 190/2004, de 17 de Agosto;

Considera-se constituir boa prática e recomenda-se a manutenção de um registo (atualizado mensalmente) dos resíduos recebidos e encaminhados, do qual deve constar a identificação dos códigos LER, os números de série das guias de Acompanhamento de Resíduos (GAR), as quantidades (em toneladas), a identificação dos produtores/destinatários e dos transportadores. Este registo deverá ser mantido em arquivo nas instalações onde se desenvolvem as operações de gestão de resíduos, por um período de cinco anos, devendo o mesmo ser disponibilizado às entidades de fiscalização ou de inspeção, sempre que solicitado.

#### **4 – Identificação do responsável técnico pela operação de gestão de resíduos:**

Eng.º Sérgio Cruz

Eng.º Rui Miguel Abrantes



**5 – Identificação das instalações e do equipamento licenciado incluindo os requisitos técnicos relevantes:**

**5.1 Identificação da Unidade de gestão de Resíduos.**

**5.1.1 Identificação da unidade**

**Nome da empresa:** I.Netto – Consultoria Agroflorestal, L.da

**NIF:** 504 344 560

**CAE (Rev.3):** 38212 "Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos", e  
38322 "Valorização de resíduos não metálicos"

**E-mail:** inetolda@gmail.com

**Web:** ineto@zmail.pt

**5.1.2 Localização da Unidade:**

Centro de Compostagem Vale da Queimada

**Freguesia:** Bustos

**Concelho:** Oliveira do Bairro

**5.1.3 Localização do Escritório**

**Local:** Ed. Galerias Bolívar, Loja 5 – Sobreiro

**C. Postal:** 3770-017 Bustos

**N.º Telefone:** 234 752224 **Fax:** 234 758158

**5.2 Máquinas e Equipamentos**

- Empilhador telescópico;
- Pá carregadora;
- Trator agrícola;
- Crivo;
- Máquina reviradora de composto;
- Tapetes rolantes;
- Camiões.



## 6 – Localização





[illegible][illegible]

**INETO Consultoria Agroflorestal Lda.**  
Praça Geral  
Centro de investigação  
produzida  
Maio de 2011  
Folha 10/100



## REGISTO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE CONTROLO VETERINÁRIO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Denominação social **I. NETO – Gestão de Resíduos Orgânicos** NIF: 504 344 560  
Endereço **Zona Industrial de Bustos**  
Código Postal **3770-019** Localidade **Bustos**  
Freguesia **Vale da Queimada** Concelho **Oliveira do Bairro**

### 2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Regulamento (CE) n.º 1069/2009 de 21 de Outubro  
Regulamento (CE) n.º 142/2011 de 25 de Fevereiro

### 3. ACTIVIDADES AUTORIZADAS

Fabrico de Fertilizantes Orgânicos e Correctivos Orgânicos do Solo por compostagem – Matérias de categoria 2 – (chorume e conteúdo do aparelho digestivo).

### 4. NÚMERO DE CONTROLO VETERINÁRIO E N.º DE IDENTIFICAÇÃO ATRIBUIDOS

N.º Controlo Veterinário: **C 8008**  
N.º de Identificação: **PT – C 8008 – CE**

### 5. Observações

Aprovação definitiva. Substitui o Registo n.º 490/2011.  
O estabelecimento em causa fica obrigado ao pagamento da taxa de controlo Oficial nos termos previstos no Decreto-Lei 178/2008, de 26 de Agosto, e a Portaria 1073/2008, de 22 de Setembro, alterada pela Portaria n.º 1450/2009, de 28 de Dezembro. Para mais informações consulte o site [www.dgav.min-agricultura.pt](http://www.dgav.min-agricultura.pt)

O DIRETOR GERAL

Nuno Vieira e Brito

REGISTO N.º 728/2012 de 19.04.2012

C/C - DSVR Centro - CCDR Centro